



CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Os procedimentos especiais estabelecidos na presente Portaria devem ser observados pelas empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público regular e não regular, com exceção da modalidade de táxi-aéreo, e constituem uma adequação meramente temporária e parcial do disposto na Portaria nº 1189, de 17 de junho de 2011, que permanece vigente.

CAPÍTULO II
DO PREENCHIMENTO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Art. 3º O campo Hotran, referenciado no art. 8º, inciso II, da Portaria nº 1189/2011, deve ser preenchido conforme segue:

I - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 1º a 5 de junho de 2014, deve ser preenchido com o número do Hotran autorizado pela ANAC ou com o valor 500;

II - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 6 de junho e 20 de julho de 2014, deve ser preenchido com o valor 500;

III - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 21 e 31 de julho de 2014, deve ser preenchido com o número do Hotran autorizado pela ANAC ou com o valor 500; e

IV - em caso de etapa de voo não regular, deve ser preenchido com o valor 999.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

PORTARIA Nº 1.485, DE 2 DE JULHO DE 2014

Estabelece procedimentos especiais para o fornecimento dos dados estatísticos dos serviços de transporte aéreo público, exceto táxi-aéreo, prestados pelas empresas estrangeiras nos meses de junho e julho de 2014.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, incisos IX, X e XXVIII, do Regimento Interno da ANAC, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com alterações posteriores, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 4º da Resolução nº 191, de 16 de junho de 2011, na Portaria nº 1190, de 17 de junho de 2011, e nos arts. 17 e 18 da Resolução nº 316, de 9 de maio de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.055878/2014-21, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos especiais para o fornecimento dos dados estatísticos dos serviços de transporte aéreo público, exceto táxi-aéreo, relativos aos voos realizados pelas empresas estrangeiras nos meses de junho e julho de 2014.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Os procedimentos especiais estabelecidos na presente Portaria devem ser observados pelas empresas estrangeiras que exploram os serviços de transporte aéreo público regular e não regular, com exceção da modalidade de táxi-aéreo, e constituem uma adequação meramente temporária e parcial do disposto na Portaria nº 1190, de 17 de junho de 2011, que permanece vigente.

CAPÍTULO II
DO PREENCHIMENTO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Art. 3º O campo Hotran, referenciado no art. 7º, inciso II, da Portaria nº 1190/2011 deve ser preenchido conforme segue:

I - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 1º a 5 de junho de 2014, deve ser preenchido com o número do Hotran autorizado pela ANAC;

II - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 6 de junho e 20 de julho de 2014, deve ser preenchido com o valor 999;

III - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 21 e 31 de julho de 2014, deve ser preenchido com o número do Hotran autorizado pela ANAC; e

IV - em caso de etapa de voo não regular, deve ser preenchido com o valor 999.

Art. 4º O campo Dígito Identificador (DI), referenciado no art. 7º, inciso IV, da Portaria nº 1190/2011, deve ser preenchido conforme segue:

I - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 1º a 5 de junho de 2014, deve ser preenchido de acordo com as instruções da Portaria nº 1190/2011;

II - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 6 de junho e 20 de julho de 2014, deve ser preenchido com o valor 8;

III - em caso de etapa de voo regular realizado entre os dias 21 e 31 de julho de 2014, deve ser preenchido de acordo com as instruções da Portaria nº 1190/2011; e

IV - em caso de etapa de voo não regular, deve ser preenchido de acordo com as instruções da Portaria nº 1190/2011.

Art. 5º As informações do relatório de inconsistências gerado pelo SINTAC como resultado do confronto entre a base de Dados Estatísticos e de Voo Regular Ativo (VRA) devem ser desconsideradas para os meses de junho e julho de 2014.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 2 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, no art. 71 do Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014, e o que consta do Processo nº 21000.003344/2014-54, resolve:

Art. 1º Definir as seguintes espécies consideradas de interesse zootécnico e econômico para efeito de registro genealógico de animais domésticos:

- I - asininas;
- II - bovinas;
- III - bubalinas;
- IV - caprinas;
- V - chinchilas;
- VI - equinas;
- VII - ovinas; e
- VIII - suínas.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 32, de 25 de agosto de 2009.

NERI GELLER

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 641,
DE 2 DE JULHO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e o que consta do Processo nº 21000.002876/2014-74, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os seguintes parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO) e do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), para a laranja in natura, da safra 2014/2015:

I - dos participantes dos leilões:
a) no PEPRO: produtores rurais e cooperativas de produtores rurais;

b) no PEP: beneficiadores, agroindústrias e comerciantes;
II - origem do produto: Brasil;
III - do destino do produto: qualquer localidade;
IV - do Preço Mínimo: R\$11,45/caixa com 40,8 kg;
V - do volume de recursos: até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), limitados às Operações Oficiais de Créditos (OOC), na rubrica Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;

VI - do limite de venda do produto/leilão/produtor rural: a ser definido pelo MAPA;

VII - da documentação a ser exigida para fins de comprovação do escoamento:

a) na operação de PEPRO: documentação fiscal referente à venda da laranja in natura por valor não inferior à diferença entre o Preço Mínimo e o valor de fechamento do Prêmio no leilão;

b) na operação do PEP: documentação fiscal referente à compra da laranja in natura por valor não inferior ao Preço Mínimo e a documentação fiscal referente ao escoamento do produto in natura ou processado, de acordo com a equivalência estabelecida pelo MAPA.

Art. 2º O Valor Máximo do Prêmio (VMP) deve ser calculado pelo MAPA, com base na seguinte fórmula:

VMP = (PM - Pmm) + Cme, onde:

PM = Preço Mínimo do produto no estado de produção;

Pmm = Preço médio de mercado da laranja, dos 5 (cinco) últimos dias anteriores à data limite para divulgação do aviso do leilão;

Cme = Custo médio do escoamento da laranja in natura ou processada.

Art. 3º Na data da realização do leilão, o participante deverá estar adimplente junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e possuir cadastro em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

Art. 4º O prazo de comprovação de venda da laranja pelo produtor rural e pela cooperativa de produtores, observado o período de vigência do Preço Mínimo, é de até 35 (trinta e cinco) dias corridos da data da realização do leilão.

Art. 5º O prazo limite para a comprovação da operação para fins de recebimento do prêmio será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados após a data limite estabelecida para a venda da laranja em cada leilão, cabendo ao MAPA estabelecer o limite para cada operação.

Art. 6º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR

Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 639, DE 2 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º do Anexo I da Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, e o que consta do Processo nº 21034.001208/2007-11, resolve:

Art. 1º Instalar, no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Paraná, a Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA/GUARAPUAVA/SFA - PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

PORTARIA Nº 640, DE 2 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º do Anexo I da Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, e o que consta do Processo nº 21034.001207/2007-69, resolve:

Art. 1º Instalar, no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Paraná, a Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA/LONDRINA/SFA - PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

DESPACHO DO MINISTRO

Em 2 de julho de 2014

REFERÊNCIA: Processo nº 21000.008214/2013-27.
INTERESSADOS: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC e Jôquei Clube do Paraná.
ASSUNTO: Decisão em recurso administrativo.

Considerando o que consta dos autos referenciados e à vista das manifestações da Consultoria Jurídica deste Ministério, que acolheu e agregou a esta decisão, para dela fazer parte integrante, como fundamentação, independentemente de transcrição, consoante estipulado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, assim como acolhendo pareceres técnicos originários da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, por sua Coordenação da Produção Integrada da Cadeia Pecuária - CPIP/DEPROS/SDC, no que não contrário ao conjunto probatório produzido e as tipificações indicadas pela CONJUR/MAPA, com fundamento na alínea "c" do art. 22 da Lei nº 7.291/84, de 19 de dezembro de 1984 e art. 94 do Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988, resolvo:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto pelo Jôquei Clube do Paraná e, no mérito, confirmar a decisão recorrida, mantendo a cassação da autorização para funcionamento da entidade, mormente frente o descumprimento de normas e procedimentos decorrentes de lei e regulamentos e ante a flagrante reincidência de infrações e cominações de sanções apuradas nos autos pela SDC/MA-PA, consoante capitula a alínea "c" do art. 22 da legislação preambular mencionada, combinado com o disposto no art. 94 do Decreto nº 96.993, 17 de outubro de 1988;

b) determinar a intimação da entidade autuada, para os fins dispostos no art. 26 da Lei nº 9.784/99.

NERI GELLER